

## NOTÍCIA

Quinta-Feira , 20 de junho de 2013

### **Audiência de Comarca Terapêutica em S.J.Campos tem ampla adesão de dependentes químicos**

**Maioria dos envolvidos em delitos de menor potencial ofensivo aceita tratamento**

A Audiência de Justiça Terapêutica realizada nessa quarta-feira (19/6), no Fórum de São José dos Campos, registrou 67% de aceitação, por parte dos réus, à proposta de tratamento para tentar se livrar da dependência química.

A audiência é realizada com usuários ou dependentes de álcool e outras drogas envolvidos em processo judicial, que são intimados a comparecerem no salão do Júri da cidade juntamente com um familiar. Inicialmente, assistem à palestra motivacional, proferida pelo Promotor de Justiça Fábio Rodrigues Franco Lima e por profissionais da saúde e de entidades de autoajuda.

Após a palestra, os usuários são divididos em pequenos grupos e encaminhados a salas diferentes, onde são realizados os círculos restaurativos, conduzidos pelo facilitador, um profissional capacitado em Justiça Restaurativa, que é apoiado por profissionais do Direito e da saúde. São empregadas diversas técnicas de reflexão próprias da Justiça Restaurativa e da Saúde, como escuta ativa, perguntas restaurativas e intervenção breve. Paralelamente, em um local próprio, os familiares são assistidos por um terapeuta familiar, que aborda a codependência e o papel da família na prevenção e no tratamento da dependência química.

Ao final dos círculos, após a reflexão, escuta e o empoderamento do usuário e familiares, ao invés de cumprir uma prestação de serviços à comunidade, é oferecido ao réu a proposta de sua inserção em um "programa de tratamento" (para dependentes químicos) ou em um "programa de prevenção" (para usuários iniciais ou abusivos) junto a equipamentos de saúde e de inserção social e/ou a entidades de autoajuda.

Na audiência desta semana, dos 33 réus presentes, 22 aceitaram o tratamento em uma unidade de saúde e/ou em uma entidade de autoajuda. Caso se descumpra o benefício, inicia-se seu processo criminal.

#### **Comarca Terapêutica**

O Projeto Comarca Terapêutica é um projeto articulado pelo Ministério Público com os órgãos da Justiça, Poder Público e comunidade e possui três eixos de atuação: políticas públicas (articulação e discussão conjunta da Política sobre Drogas na

cidade); jurídico (aplicação da Justiça Terapêutica nos processos cíveis e criminais); e rede (construção da Rede Protetiva de Atenção às Drogas).

Sob o prisma jurídico criminal, o fluxo criminal inicia-se com os órgãos de segurança, que direcionam o usuário a equipamentos de saúde para abordagem e encaminhamentos pertinentes. No Judiciário, há a triagem dos processos nos quais um réu é usuário abusivo de drogas e desenvolve-se toda uma sistemática para se possibilitar a sua reflexão e o seu tratamento.

O Projeto Comarca Terapêutica iniciou-se em maio de 2012 junto ao JECRIM, mas ainda não foram executadas todas as suas etapas, pois se evidenciou a necessidade de estruturação dos equipamentos de saúde do Município para atender a demanda reprimida que será gerada pelo Projeto.

Assim, em uma segunda etapa, foi estudada a estruturação dos equipamentos de saúde e de assistência no município.

O Projeto ganhou força com a articulação realizada pelo Ministério Público com a Prefeitura Municipal de São José e outros órgãos, que contribuiu para o lançamento do Programa Municipal de Atenção Às Drogas, em abril. O Programa Municipal prevê mais de 40 ações em quatro eixos de trabalho: prevenir, cuidar, reinserir e coibir. Sob o eixo cuidar, por exemplo, está planejada a implantação de dois CAPS-Ad 24 horas, o SAMA (Serviço Ambulatorial Especializado no Tratamento da Dependência Química a Mulheres e Adolescentes), a ampliação de leitos de internação e a abertura de vagas de tratamento em comunidades terapêuticas.

Com as diversas ações e equipamentos previstos no Programa Municipal, possibilita-se a implementação das demais etapas do Projeto e a sua expansão a outras áreas do Direito: área criminal (Justiça Criminal Comum, Violência Doméstica e Execução Penal); e área cível (Vara da Família, Vara da Infância, Vara Cível etc).

Para maiores informações sobre o Projeto, clique [aqui](#).

## **Núcleo de Comunicação Social**

Ministério Público do Estado de São Paulo - Rua Riachuelo, 115 – São Paulo (SP)  
[comunicacao@mp.sp.gov.br](mailto:comunicacao@mp.sp.gov.br) | Tel: (11) 3119-9027 / 9028 / 9031 / 9032 / 9039 / 9040 / 9095